

## **5. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS/ENTIDADES/CONTRATOS-PROGRAMA:**

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal as seguintes propostas de apoio financeiro:

**a)- CERCÍ – Cooperativa de Educação e Reabilitação para Cidadãos Mais Incluídos** no valor de **40.000,00 €**, para implementação de duas respostas sociais, residências autónomas, aquisição de dois apartamentos, T4 em S. Vicente, com vista ao acolhimento de jovens/adultos com deficiência intelectual ligeira, em situação de grande vulnerabilidade socioeconómica e sem retaguarda familiar, apoio este nos termos da alínea u) do nº 1, do artº 33º da Lei nº 75/2013 e nas alíneas a), b) e c) do nº 2 do artigo F-1/3º do Código Regulamentar do Município de Braga.

Tem informação favorável da Divisão de Coesão Social e Solidariedade.

### **CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO.**

Da **Divisão do Desporto, Juventude, Associativismo e Participação Cívica**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a aprovação das seguintes minutas aos contratos-programa de desenvolvimento desportivo:

**a)-** Minuta de contrato-programa a celebrar entre o **Município de Braga** e a **Associação Dança Desportiva Baixo Minho**, no valor de **2.244,00€**, nos termos da parte F- título II do Código Regulamentar do Município de Braga. Tudo conforme proposta e respetiva minuta, que vão em anexo.

**b)-** Minuta de contrato-programa a celebrar entre o **Município de Braga** e a **Sporting Clube Leões das Enguardas**, no valor de **3.000,00€**, nos termos da parte F- título II do Código Regulamentar do Município de Braga. Tudo conforme proposta e respetiva minuta, que vão em anexo.

## **PROPOSTA**

### **PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À CERCI – COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO PARA CIDADÃOS MAIS INCLUÍDOS**

Considerando:

- A importância da atividade da CERCI – Cooperativa de Educação e Reabilitação para Cidadãos Mais Incluídos, no contexto em que se encontra inserida, dando resposta ao nível da autonomia de pessoas portadoras de deficiência intelectual ou multideficiência;
- Que a CERCI garante um acompanhamento de proximidade, através da criação de respostas sociais ajustadas, inovadoras e inclusivas;
- A importância da promoção de serviços de apoio capazes de dar resposta, de uma forma próxima, qualificada e humanizada, às necessidades e expectativas dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social;
- Que as respostas às necessidades de populações devem ser concretizadas através de parcerias locais envolvendo as várias instituições representativas e intervenientes na comunidade local;
- A importância e proficuidade da estreita cooperação entre as autarquias locais e as organizações da sociedade civil que prosseguem objetivos de cariz social como este que, aqui, se evidencia;
- O disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, segundo a qual compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social;
- O disposto nas alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga;
- Que a CERCI – Cooperativa de Educação e Reabilitação para Cidadãos Mais Incluídos se encontra devidamente registada no RECAM sob o número 10/2014, tendo submetido um pedido de apoio para continuação da sua atividade, através da implementação de duas respostas sociais (residências autónomas), cujo projeto foi alvo de parecer favorável do Conselho Local de Ação Social de Braga;

Proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido da atribuição de um apoio financeiro de € 40.000 à CERCI – Cooperativa de Educação e Reabilitação para Cidadãos Mais Incluídos.

Braga, 26 de Março de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

\_\_\_\_\_  
Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

**INFORMAÇÃO SOCIAL Nº: 16407/2021**

**Processo: E/10398/2021**

**Requerente: CERCI BRAGA – Cooperativa de Educação e Reabilitação para Cidadãos Mais Incluídos**

**Morada: Avenida Dr. Domingos Soares, nº25, Navarra**

**Contacto: 253248592 / 939117862**

**Assunto: Pedido de Apoio Financeiro  
RECAM nº 10/2014**

**Encargos: 40.000,00€**

## **INFORMAÇÃO SOCIAL**

No âmbito do RECAM nº 10/2014 a CERCI Braga – Cooperativa de Educação e Reabilitação para Cidadãos Mais Incluídos, solicita ao município de Braga um apoio financeiro de 40.000,00 euros para a implementação de duas respostas sociais, residências autónomas, aquisição de dois apartamentos, T4, em S. Vicente, com vista ao acolhimento de jovens/adultos com deficiência intelectual ligeira, em situação de grande vulnerabilidade socioeconómica e sem retaguarda familiar.

A CERCI, com atividade na área social, integra-se no ramo da solidariedade social do sector cooperativo, sem fins lucrativos e prossegue fins de interesse geral e utilidade pública, tendo por objetivo promover a autonomia de pessoas com deficiência intelectual, através da criação de respostas sociais ajustadas, inovadoras e mais inclusivas, procurando satisfazer os objetivos preconizados no âmbito do PDS, indo ao encontro das necessidades efetivas do concelho.

É membro do CLAS – Conselho Local de Ação Social e este projeto enquadra-se nos objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Social de Braga 2016/2021, inscritos no *Eixo I – Desenvolvimento e Coesão Territorial*, no domínio do investimento aos grupos vulneráveis, pelo que a Rede Social de Braga emitiu parecer favorável à criação desta resposta social.

Considerando o carácter inovador do projeto e falta de financiamento comunitário, a Instituição solicita apoio financeiro ao Município de Braga.

Cumprem os requisitos enunciados no artigo F-1/5º,6º, documentos arquivados na MGD.

PARECER	DESPACHO
<p>O pedido enquadra-se no regulamento previsto no RECAM e tem como fundamento o apoio financeiro na aquisição de duas residências autónomas, T4, com vista ao acolhimento de jovens com deficiência ligeira, em situação socioeconómica vulnerável e sem retaguarda familiar, necessária à continuidade do projeto/atividade, de relevância para o município, pelo que se coloca à consideração Superior a atribuição do apoio financeiro em referência, nos termos da parte F1, do CRMB.</p> <p>DCSS, 2021/03/10</p> <p>A Técnica,</p>	



**Nº Informação:** 10990

**Data:** 09/03/2021

**Assunto:** Pedido de Apoio

A Associação Dança Desportiva Baixo Minho, pessoa coletiva n.º 513825304, com sede na Rua de Queimados nº120, Antas, Vila Nova de Famalicão, com o RECAM 203/2016, solicita ao Município de Braga um pedido de apoio financeiro, para a época desportiva de 2021, no valor de 2.244,00€ (dois mil duzentos e quarenta e quatro euros).

O pedido de apoio financeiro é apresentado em conformidade com o modelo publicado no site do Município (Anexo III, Anexo IV e minuta de contrato). No que respeita ao prazo, é de referir que considerando todos os constrangimentos relativos à pandemia da COVID-19, o pedido de apoio apenas é agora apresentado.

O presente apoio financeiro enquadra-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f)).

A época desportiva na modalidade de dança por norma realiza-se de janeiro a dezembro, mas devido à interrupção obrigatória das atividades desportivas, a época desportiva iniciará em maio e terminará em dezembro de 2021, sendo que a Associação Baixo Minho Associação aplicou um desconto de 50% aos atletas que se encontravam inscritos no ano de 2020.

Assim, o presente apoio financeiro visa apoiar o pagamento das inscrições dos atletas e de um treinador da Bracara Team Associação, que conta com 110 atletas dos diferentes escalões, entre juvenil, júnior e juventude, dando a continuidade de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades.

Considerando todos os elementos constantes do pedido, bem como a presente apreciação que deles é realizada, julgo ser do interesse do Município equacionar a celebração de um contrato-programa com a Associação Dança Desportiva Baixo Minho, pessoa coletiva n.º 513825304, com sede na Rua de Queimados nº120, Antas, Vila Nova de Famalicão, com o RECAM 203/2016, para a época desportiva de 2021, no valor de 2.244,00€ (dois mil duzentos e quarenta e quatro euros).

À consideração superior.



## **MINUTA CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**

**Primeiro Outorgante:** Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

**Segundo Outorgante:** em representação da **Associação Dança Desportiva Baixo Minho**, na qualidade de Presidente da Direção, pessoa coletiva de direito privado, dotada de utilidade pública, contribuinte fiscal n.º 509 487 092, com sede na Rua de Queimados, 120 – Antas, 4760 056, da freguesia de Antas, da cidade de Vila Nova de Famalicão, adiante designada abreviadamente por **ADDBM**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro e com o REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO DESPORTO, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

### **Cláusula 1.ª (Objeto)**

Constitui objeto do presente contrato a execução de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades, procedendo ao pagamento das inscrições dos atletas da Bracara Team Associação, na respetiva associação da modalidade, tendo como finalidade competir nas provas associativas e federadas.

### **Cláusula 2.ª (Obrigações da ENTIDADE)**

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:

- a) A **ADDBM** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro;

- b) A **ADBM** enviará sempre que solicite o pagamento de qualquer valor, os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, procedendo o **MUNICÍPIO** ao pagamento até ao valor referido na cláusula sexta do presente contrato;
- c) Em cada entrega de valores por parte do **MUNICÍPIO**, a **ADBM** obriga-se a emitir o respetivo recibo de quitação;
- d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- e) Concluída a realização do contrato-programa a **ADBM** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;
- f) A **ADBM** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- g) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- h) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- i) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- j) Facultar, sempre que o Município necessite, as instalações cedidas para a realização de eventos e/ou outras atividades;
- k) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- l) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- m) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

#### **(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)**

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ADBM**, através da atribuição de um subsídio no montante de 2.244,00€ (dois mil duzentos e quarenta e quatro euros).

2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%. Os documentos serão apresentados para comprovar a realização da atividade.

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**  
**(Afetação da verba)**

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ADBM** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**  
**(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)**

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

**Cláusula 7.<sup>a</sup>**  
**(Gestão e destino dos bens adquiridos ou construídos)**

A gestão das infraestruturas e dos equipamentos referidos na cláusula 1.<sup>a</sup> é da responsabilidade da **ADBM**, que se obriga a mantê-los afetos aos fins referidos neste contrato-programa e a geri-los de forma zelosa e responsável.

**Cláusula 8.<sup>a</sup>**  
**(Vigência)**

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 30 de junho 2021 (Época Desportiva 2020/2021).

**Cláusula 9.<sup>a</sup>**  
**(Revisão do contrato-programa)**

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**  
**(Rescisão Unilateral)**

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ADBM** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente



impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

**Cláusula 11.<sup>a</sup>**  
**(Contencioso do contrato)**

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em Braga, a \_\_\_\_\_, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

\_\_\_\_\_  
(Dr. Ricardo Rio)

**Nº Informação:** 20599

**Data:** 25/03/2021

**Assunto:** Apoio Financeiro - Sporting Clube Leões das Enguardas

O Município de Braga propõe atribuir um apoio financeiro na área desportiva, no valor de 3.000€ (três mil euros) ao Sporting Clube Leões das Enguardas, pessoa coletiva 502201940, com sede na Rua dos Leões das Enguardas Bloco F-3, 4710-369, São Victor Braga, com o número de RECAM 79/2014, de forma a apoiar o clube na candidatura efetuada ao abrigo do PRID 2020 – Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas, a qual teve como objetivo a requalificação dos balneários e do Polidesportivo das Enguardas, os quais estão sob gestão do clube.

A referida intervenção tem um custo elegível de 153.571,68€ (cento e cinquenta e três mil quinhentos e setenta e um euro e sessenta e oito cêntimos) sendo a comparticipação do IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. de 30.000,00€ (trinta mil euros).

O presente apoio financeiro enquadra-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no art.º 23, n.º 1 e n.º 2, alínea f, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto.

Segundo o Código regulamentar do Município de Braga, expresso no Artigo F-2/4º na seção II, “o apoio financeiro pode ser concretizado através de: b) Apoio às entidades que pretendam concretizar obras de construção, conservação ou beneficiação de instalações, consideradas essenciais ao desenvolvimento normal das suas atividades;”

Nesse sentido, julgo ser do interesse do Município equacionar a celebração de um contrato-programa no valor de 3.000€ (três mil euros), ao Sporting Clube Leões das Enguardas, pessoa coletiva 502201940, com sede na Rua dos Leões das Enguardas Bloco F-3, 4710-369, São Victor Braga, com o número de RECAM 79/2014, de forma a apoiar o clube na candidatura efetuada ao abrigo do PRID 2020 – Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas.

À consideração superior,



## MINUTA CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

**Primeiro Outorgante:** Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

**Segundo Outorgante:** em representação do Sporting Clube das Enguardas, na qualidade de Presidente, pessoa coletiva n.º 502201940, com sede na rua Leões da Enguardas, BI F, 4710-369 Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado em 7 de dezembro de 2006, atualmente o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro e com o **CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA (parte f)**, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

### Cláusula 1.ª

#### (Objeto)

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo tem por objeto o incentivo e a cooperação financeira entre os representados de ambos os outorgantes, no âmbito da **Requalificação dos Balneários e Polidesportivo das Enguardas**, objeto da candidatura ao IPDJ, efetuada ao abrigo do PRID-2019 e, no âmbito específico do apoio destinado à formação, a realizar no Município de Braga, de acordo com o Programa de Desenvolvimento Desportivo objeto da comparticipação, anexo ao presente contrato-programa.

### Cláusula 2.ª

#### (Obrigações da ENTIDADE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:

- a) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de Outubro;

- b) A **ENTIDADE** enviará sempre que solicite o pagamento de qualquer valor, os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, procedendo o **MUNICÍPIO** ao pagamento até ao valor referido na cláusula sexta do presente contrato;
- c) Em cada entrega de valores por parte do **MUNICÍPIO**, a **ENTIDADE** obriga-se a emitir o respetivo recibo de quitação;
- d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- e) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;
- f) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- g) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- h) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- i) Informar os seus atletas, dirigentes, treinadores e demais elementos do clube, da necessidade de cumprir o Regulamento das Instalações Desportivas do Município;
- j) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- k) Manter as instalações em bom estado de conservação e limpeza;
- l) Facultar, sempre que o Município necessite, as instalações cedidas para a realização de eventos e/ou outras atividades;
- m) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- n) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;

- o) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

### **Cláusula 3ª.**

#### **(Cedência de Utilização de Instalações Desportivas Municipais)**

1. O **MUNICÍPIO** é proprietário do edifício denominado por Polidesportivo de S. José (Enguardas).
2. O **MUNICÍPIO** cede a instalação à **ENTIDADE** através de comodato por dez anos, desde 5 de maio de 2020.

### **Cláusula 4.ª**

#### **(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)**

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, através da atribuição de um subsídio no montante de 3.000,00€ (três mil euros).
2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%. Os documentos serão apresentados para comprovar a realização da atividade ou da despesa até à quarta prestação.

### **Cláusula 5.ª**

#### **(Afetação da verba)**

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

### **Cláusula 6.ª**

#### **(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)**

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

### **Cláusula 7.ª**

#### **(Gestão e destino dos bens adquiridos ou construídos)**

A gestão das infraestruturas e dos equipamentos referidos na cláusula 1.ª é da responsabilidade da **ENTIDADE**, que se obriga a mantê-los afetos aos fins referidos neste contrato-programa e a geri-los de forma zelosa e responsável.



**Cláusula 8.<sup>a</sup>**  
**(Vigência)**

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 30 de junho 2021 (Época Desportiva 2020/2021).

**Cláusula 9.<sup>a</sup>**  
**(Revisão do contrato-programa)**

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**  
**(Rescisão Unilateral)**

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

**Cláusula 11.<sup>a</sup>**  
**(Contencioso do contrato)**

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em Braga, a \_\_\_\_\_, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

\_\_\_\_\_  
(Dr. Ricardo Rio)